

A JUVENTUDE POLÍTICA ENTRE O PROTAGONISMO INSTITUÍDO E A DELINQUÊNCIA JUVENIL

Marcelo de Almeida Ferreri

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe

Marcel Maia de Oliveira Gomes

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe

A proposta de trabalho que ora se apresenta consiste na reflexão sobre o protagonismo juvenil e sua inserção no conjunto institucional participativo da Política Nacional de Juventude (PNJ). Trata-se da reflexão acerca do ativismo político da juventude na vida social e dos (des)encontros provenientes de sua absorção nas engrenagens instituídas das políticas sociais da atual democracia brasileira. A Política Nacional de Juventude se apresenta como um novo arranjo institucional destinado às necessidades da juventude, a partir da implementação de mecanismos participativos para o jovem em instâncias decisórias de políticas. Ela recorre ao chamado protagonismo da juventude que, por sua vez, passou a ser um dos quesitos a receber investimento político governamental e supranacional nas últimas décadas. Tal empreendimento pretende-se inovador por dar ao jovem um lugar assegurado na formulação de políticas públicas. Essa política é, portanto, dependente do protagonismo juvenil como elemento fundamental para sua consolidação em termos de ambições democráticas. A PNJ é uma medida governamental iniciada por volta de 2004 que pretende beneficiar os jovens com políticas de atenção às suas demandas específicas, estabelecendo diretrizes para programas especiais. Essa política tem como base governamental de ações a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão ligado à Secretaria Geral da Presidência da República. O aparato institucional da política para a juventude contempla ainda, com o traço protagonista, duas instâncias de participação política: os conselhos de juventude e as conferências de juventude. Entendemos que o protagonismo juvenil inserido na política pública se torna importante problema ao assumir a posição de que a relação entre jovens e políticas instituídas se dá na base de tensões. Estas são geradas, por sua vez, no descompasso recorrente entre experiências plurais dos jovens com a política e a condição rígida das políticas públicas no que tange às possibilidades de experiência. Diante disso, a delinquência juvenil pode assumir conotações diferenciadas para servir como componente analítico da experiência política, em detrimento de tomá-la como fenômeno social, para pensar a experiência política. Para esse último aspecto, a base teórica será encontrada em autores tais como Karl Mannheim, George Lapassade e Michel Foucault. Este estudo provém de pesquisas documentais realizadas em programas de iniciação científicas que contam com apoio do CNPq e da FAPITEC- Sergipe.

PALAVRAS CHAVE: protagonismo juvenil; políticas participativas; delinquência juvenil

